



Disponível em  
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1,  
pp. 149-159, Jan./Fev. 2015  
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20158122>



## **Documentos e Debates:**

# **Réplica 2 - Promovendo (De)crescimento em/dos Estudos Organizacionais e de Gestão**

**Fostering (De)growth in Management and Organizational Studies**

**Alexandre de Almeida Faria**  
Fundação Getulio Vargas – FGV

## Introdução

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, analiso sob uma perspectiva de decolonialidade a proposta de reaproximar a área de estudos organizacionais e de gestão (EGO) ao conceito de ideologia. Na segunda, exploro o âmbito extradiscursivo da ideologia para argumentar que a trajetória de crescimento da área euro-americana de Management and Organization Studies (MOS) é uma questão central para a construção de alternativas à ideologia de crescimento organizacional. Na terceira, defendo a promoção de decrescimento de MOS e crescimento de EGO sob uma perspectiva pluriversal. No final, aponto desafios para a organização e gestão das ideologias de crescimento e decrescimento no contexto da globalização neoliberal.

## Reengajando Ideologia sob uma Perspectiva Decolonial no Brasil

Em um contexto de seguidas crises e reorganizações da ordem neoliberal ocidental em que não se consegue explicar “a estranha não-morte do neoliberalismo” (Crouch, 2011, p. viii) devido, principalmente, à guerra de ideologias iniciada em 2001 (Friedman, 2003) e à correspondente ascensão do império neoliberal (Roy, 2006), Seifert e Vizeu (2015) reaproximam a área de EGO no Brasil ao conceito de ideologia para questionar a ideologia do crescimento organizacional e defender a alternativa do decrescimento. Essa proposta de reengajamento é importante porque a área de MOS tornou-se refratária ao conceito de ideologia, apesar da importância desta para a trajetória de crescimento do campo de administração e também para a (re)organização da ordem euro-americana dominante ou das alternativas a esta ordem. Tal aversão está relacionada a processos histórico-institucionais que levaram à subteorização de poder e política e a processos correspondentes de legitimação e subteorização do conceito de autoridade na área de MOS (ver Clegg, Kornberger, & Pitsis, 2011). Para questionarmos a ideologia de crescimento organizacional é necessário questionarmos a influência da ideologia civilizatória euro-americana em MOS e defendermos a construção de uma perspectiva de decolonialidade/pluriversalidade em EGO para a organização de alternativas (ver Bertero, Alcadipani, Cabral, Faria, & Rossoni, 2013).

Segundo o discurso de que o que diferencia a civilização Ocidental da não civilização é a não tolerância ao uso da força e violência – a despeito de inúmeras evidências em contrário (Mignolo, 2011; Steger, 2009), entende-se, no mundo euro-americano, que a construção do consentimento por parte do subordinado (ou dominado) se dá por meio de processos **civilizados** e **civilizadores** de legitimação da autoridade e mobilização de discursos. Sob a perspectiva do resto do mundo e de outras áreas do conhecimento, como a de estudos internacionais (Hurrell, 2006; Leffler & Legro, 2008) e a de decolonialidade/pluriversalidade (Dussel, 2011; Mignolo, 2011), é sabido que a construção do consentimento se dá também por meio da mobilização da força e violência. Quando civilizados identificam ou preveem que o não consentimento dos **primitivos** põe em risco a ordem civilizatória – ilustrado pela transformação do Chile no primeiro laboratório do neoliberalismo, pela imposição da ordem neoliberal ao resto do mundo no contexto pós-Guerra Fria, pela ascensão do unilateralismo dos EUA e a deflagração da guerra global ao terror após os eventos de 11 de setembro, e pela proliferação de estratégias de contenção da ascensão das grandes economias emergentes, o uso da força e de mecanismos extradiscursivos continua sendo uma prerrogativa legítima. Para evitar o uso da força e conter a ascensão dos não civilizados, a civilização tem usado discursos e mecanismos extradiscursivos de cumplicidade consentida: “não é suficiente para uma mulher ou colono serem definidos como uma forma de vida inferior ... é preciso ensinar-lhes *ativamente* essa definição, e alguns deles revelam-se brilhantes bacharéis nesse processo” (Eagleton, 1991, p. 14).

Visto que o uso de dimensões discursivas e extradiscursivas da ideologia é tido como condição necessária para a ordem civilizatória, não surpreende que a área de MOS tenha ficado refratária ao conceito de ideologia. As trajetórias de crescimento do campo do *management*, a partir dos anos 1960, e da área de EOs, a partir dos anos 1970, estão fortemente relacionadas à construção da ordem euro-

americana como missão civilizatória legítima por meio de intervenções discursivas e extradiscursivas. As instituições de MOS foram reforçadas no primeiro-mundo e impostas ao terceiro-mundo, a partir de meados dos anos 1960, em um contexto geopolítico controverso: enquanto no mundo euro-americano “a política da Guerra Fria era substituída aos poucos pela atmosfera mais tranqüila da *détente*” (Garnett, 1991, p. 72), no terceiro-mundo as práticas colonialistas e imperialistas lideradas pelos protagonistas da *détente* continuavam em curso (Cooke, 2004). A ideologia na academia foi central para a organização e gestão dessa ordem; supostamente contra a ideologia do império comunista, forças neoconservadoras nos EUA anunciaram o fim da ideologia colonialista europeia e impulsionaram as ciências sociais para o resto do mundo, no início dos anos 1960, sob uma perspectiva civilizatória estadunidense (Bell, 1960), em seguida, o pós-modernismo foi construído na Europa como resposta civilizatória a problemas causados pelo modernismo euro-americano (Mignolo, 2011).

Teorizações anticoloniais no terceiro-mundo foram classificadas, a partir de então, como **reducionistas** ou **conspiratórias** pelas ciências sociais euro-americanas. Segundo a literatura de MOS, a ideologia passou a ser teorizada como responsável pela produção de ideias e discursos que legitimam o domínio de um grupo sobre outro (ver Chiapello & Fairclough, 2002; Flemming, 2013). Esta perspectiva euro-americana, que ilustra a subteorização de poder e política em MOS, teve uma extraordinária trajetória de crescimento. Além de ser reproduzida por Shrivastava no mundo euro-americano, em meados dos anos 1980, não surpreende que ela tenha sido usada por Seifert e Vizeu (2015), no Brasil, em 2013.

A análise do crescimento dessa perspectiva de ideologia requer uma perspectiva de decolonialidade que traga à tona o âmbito extradiscursivo da ideologia. Referindo-se ao âmbito extradiscursivo da ideologia, Eagleton adverte que especialmente no mundo americano

vivemos em sociedades cuja meta não é simplesmente combater as idéias radicais ... mas apagar toda a memória viva dessas idéias: criar uma condição amnésica na qual essas noções pareçam jamais ter existido, colocá-las num espaço para além de nossos poderes de concepção (Eagleton, 1993, p. 11).

A academia continua sendo um lócus privilegiado para a construção dessa condição amnésica e de difusão da ideia imperialista de que o conhecimento “está a serviço da paz e do direito” (Hardt & Negri, 2000, p. 15). O meu argumento a Seifert e Vizeu (2015) é que, não surpreendentemente, Shrivastava enfrenta obstáculos ideológicos e extradiscursivos para identificar e revelar interesses ocultos que levariam à emancipação de indivíduos por meio de disciplinas e instituições acadêmicas mais desenvolvidas ou **civilizatórias**. Enquanto acadêmicos do resto do mundo costumam sofrer dos efeitos de “colonialidade epistêmica” (Ibarra-Colado, 2006, p. 464), este artigo argumenta no sentido de que os do mundo euro-americano, por sua vez, costumam sofrer dos efeitos de **metropolitanidade epistêmica**. Enquanto o primeiro diz respeito aos processos em que a institucionalização de conhecimento como conhecimento científico promovem e demandam a integração de elites das colônias à ideologia anglo-euro-cêntrica da modernidade, o segundo diz respeito aos processos análogos de institucionalização que ocorrem na metrópole e que afetam não apenas suas elites.

Shrivastava não reconhece que está inserido em (constituindo e reproduzindo) um sistema hegemônico de ideias e ordem que ajuda a dismantlar ou conter alternativas que são necessárias para os propósitos que ele enuncia e representa. Segundo Shrivastava (1986), ideologia “refere-se a aqueles aspectos de sistemas de idéias que ofuscam interesses atendidos por idéias e facilitam o estabelecimento e manutenção de dominação” (p. 365). Desconsiderando e ajudando a conter a ascensão de teorização e autores do resto do mundo em EGO (Guerreiro Ramos, 1981, por exemplo) esse importante autor de MOS ignora o sistema de ideias – que, segundo ele, restringe-se a capitalismo e comunismo – e o âmbito extradiscursivo correspondente para focar os aspectos discursivos. Apesar de citar o trabalho de Guerreiro Ramos (1981), o texto do Seifert e Vizeu (2015) acaba reproduzindo esse padrão de metropolitanidade epistêmica.

É sabido que análise de ideologia para definição de interesses “é sempre afetada pela teoria envolvida de interesses implícitos” (Clegg *et al.*, 2011, p. 275) e que as relações entre “os discursos

ideológicos e os interesses sociais” são extremamente complexas (Eagleton, 1991, p. 194). Shrivastava despreza tais obstáculos e argumenta que, por ser uma área recente, diferentemente de *organization studies*, é **natural** que discursos de (*strategic*) *management* sejam mobilizados por detentores de poder e ocultem interesses específicos. Ele afirma que o desenvolvimento desta área de *management* – em direção à maturidade científica, em que a área de *Organization Studies* (OS) é apresentada como parâmetro civilizatório, por meio da identificação de interesses ocultos, resultaria na construção de um “nível de discurso que produz conhecimentos novos e auto-reflexivos e expõe modos de dominação” (Shrivastava, 1986, p. 364, referindo-se a Burrell, 1981). Pesquisadores em (*strategic*) *management* informados pelo conhecimento produzido por Shrivastava e pela literatura euro-americana de OS produziram conhecimento “mais universal sobre gestão estratégica de organizações” (Shrivastava, 1986, p. 364) e menos informado por ideologia. Este conhecimento de *management* emancipado por OS, por sua vez, reforçaria a trajetória de crescimento de OS e a autoridade da ordem civilizatória que informa a ideologia do crescimento organizacional e a contenção de alternativas geoepestêmicas – mais especificamente, geo sob uma perspectiva pluriversal.

Para questionar a superpoderosa área de *strategic management* e revelar interesses ocultos, mas reforçando a ordem que informa sua análise, Shrivastava engaja com ciências sociais – em especial com o trabalho de Giddens (1979) – para produzir um artigo que viria a ser muito apreciado pela área de OS e por instituições euro-americanas de ciências sociais. Ideologia era descrita por Giddens, no final dos anos 1970, como conjunto de elementos e discursos em que **dominados** são incapazes de agência. O autor não concebe capacidades de resistência, cinismo, mímica ou descrença por parte do dominado. Tampouco concebe a mobilização de violência ou cooptação por mecanismos colonialistas ou imperialistas de ordenação que informam os discursos de ciências sociais euro-americanas. Não há nada além do discurso, não obstante a força do ditado *deeds, not words, matter most* no mundo anglo-americano. Os autores Seifert e Vizeu (2015) sugerem, então, que a remoção de tais elementos pela sociologia (europeia ou britânica) levaria à emancipação do **dominado**, sob uma perspectiva de universalidade – que é descrita por ele mesmo como um dos elementos centrais da ideologia. Em um contexto de reorganização da ordem civilizatória pela controversa *détente*, Giddens ajudava a reorganizar a autoridade das ciências sociais e a construir a ideia de que estas têm direito e obrigação de corrigir ou emancipar o **outro** (supostamente, não mais como ideologia).

Giddens (1979, p. 43) aponta a “representação de interesses particulares como universais” como a primeira característica da ideologia. Como intelectual das ciências sociais supostamente não influenciado por ideologias ou interesses – segundo classificação proposta por Antonio Gramsci, intelectual tradicional, ele não reconhece que a *détente* viabilizava práticas controversas pelos impérios do bipolarismo. Ele também ignora e ajuda a conter a perspectiva de decolonialidade/pluriversalidade proposta por autores **não brancos** da América Latina (e, por conseguinte, não civilizados) (*e.g.*, Ribeiro, 1970) que apontavam as ciências sociais como um dos principais elementos colonizadores da modernidade eurocêntrica. Giddens mantém invisível essa face oculta do eurocentrismo que provê a legitimidade das ciências sociais como sistema de dominação/emancipação por sofrer dos efeitos da **metropolitanidade epistêmica** e por ser beneficiário das instituições que representam as ciências sociais como meio legítimo para emancipar e civilizar o **outro** – primeiramente, o não moderno dentro da própria civilização e, posteriormente, os **primitivos/bárbaros** do resto do mundo (*i.e.*, os outros **outros**).

Assim, não é de se espantar que a trajetória de crescimento das ciências sociais tem sido informada não somente por mecanismos de imposição ou dominação, mas também por mecanismos de cumplicidade consentida. A coconstrução da autoridade das ciências sociais se baseia em intervenções discursivas e extradiscursivas que atribuem ao **outro** – tanto do mundo euro-americano quanto do resto do mundo – o interesse da dominação. Esta ideologia torna legítimo o fomento do crescimento das ciências sociais não por desejo voluntário de dominação do **outro** ou mesmo eliminação de outros **outros** (no caso, os bárbaros e não civilizados do resto do mundo), mas sim como uma necessidade de evitar que aquele **outro** o faça. O texto de Seifert e Vizeu (2015) ilustra o argumento de que vinculação estreita de MOS às ciências sociais euro-americanas restringe (mas não impede), no resto do mundo, o

engajamento de acadêmicos com a ideologia sob uma perspectiva de descolonialidade/pluriversalidade (Mignolo, 2011).

Em outras palavras, a análise do âmbito extradiscursivo da ideologia, sob uma perspectiva de descolonialidade é uma lacuna importante na análise efetuada por Seifert e Vizeu (2015) para o propósito de construir uma área pluriversal de EGO que promova um mundo em que diversos mundos podem coexistir. Ressaltando mais uma vez o âmbito extradiscursivo, que costuma ser ignorado devido, principalmente, a processos de metropolitanidade/colonialidade epistêmica em MOS, Eagleton (1997) aponta que o opressor mais eficiente em processos de mobilização de ideologia “é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve, portanto, a mais difícil de todas as formas de liberação, o libertar-nos de nós mesmos” (p. 13). Isso ajuda a explicar por que tampouco no resto do mundo, como acadêmicos profissionais, fomos capazes de não **enxergar** a ideologia do crescimento organizacional por tanto tempo e também por que, quando conseguimos reconhecê-la, enfrentamos dificuldades para perceber que nossas análises podem ser constituintes daquela ideologia.

### Engajando o “Outro” sob uma Perspectiva Pluriversal em EGO

O texto de Seifert e Vizeu (2015) sugere, então, que as restrições epistêmicas e extradiscursivas enfrentadas por Shrivastava (1986) e Giddens (1979) atingem a (quase) todos nós – uma multidão crescente de pessoas envolvidas pelas ciências sociais e pela área de MOS – e continuam sendo coconstruídas e impostas por acadêmicos aos **outros** e outros **outros**. Acadêmicos parecem cada vez menos capazes de conceber que tanto as ciências sociais quanto o campo da administração fazem parte de um projeto civilizatório de organização e gestão de ordem hegemônica que ajuda não apenas a construir invisibilidades por meio do conhecimento válido, mas também bloquear os poderes de concepção de indivíduos e ainda conter alternativas geoeptêmicas. O texto de Seifert e Vizeu (2015) sugere que acadêmicos de EGO e MOS disciplinados pela modernidade eurocêntrica, como beneficiários e vítimas desta modernidade, estão quase todos afetados pela ideologia civilizatória.

Como explicar, por exemplo, que as áreas de MOS e EGO tenham mantido invisíveis as organizações militares e as estratégias militares em termos gerais, e o complexo militar-industrial dos EUA em termos específicos, apesar da central importância dessas instituições para o crescimento das grandes corporações, para a trajetória de crescimento das instituições de MOS e para a (re)organização e gestão da ordem mundial/internacional? Como explicar a virtual ausência de literatura de MOS e EGO focada na **nova organização militar** que se disseminou no resto do mundo após a ascensão da guerra global ao terror (Forest & Crispin, 2009)? Uma das razões extradiscursivas para a manutenção de tais invisibilidades é que, na prática, sabemos que a mera existência de poderes extraordinários nas mãos de poucos representa uma ameaça para os valores democráticos e civilizatórios que os mesmos e as instituições correspondentes supostamente defendem. O complexo industrial-militar dos EUA, que, mesmo após ter sido tornado visível pelo Presidente Eisenhower, foi mantido invisível pela área de OS, ilustra este dilema e os correspondentes efeitos de **metropolitanidade epistêmica** impostos pelas ciências sociais euro-americanas uma vez que “business and the military became inextricably entwined, and enormous and frightening pressure group was created that, according to some critics, is now so powerful that it dominates large areas of American life and is beyond democratic civilian control” (Garnett, 1991, pp. 70-71). Esta ordem assimétrica é uma das condições para a construção da autoridade da modernidade eurocêntrica e das ciências sociais em escala global. O problema central é que os mecanismos de cooptação consentida ficaram mais intensos e também cada vez menos aceitáveis a partir da ascensão do lado neoimperial da globalização e das seguidas crises da ordem neoliberal (Burawoy, 2008).

Esse grande quadro ajuda a explicar por que a academia euro-americana associou ideologia ao conceito de discurso, em detrimento da dimensão extradiscursiva. A despeito das diferentes definições, ideologia se refere aos modos como signos, significados e valores ajudam “não apenas a reproduzir um poder dominante, mas em especial denotar qualquer conjuntura significativa entre discurso e interesses

políticos ... o primeiro sentido é pejorativo, enquanto o segundo é mais neutro” (Eagleton, 1997, p. 193). O sentido pejorativo foi atribuído ao **outro** também pela academia. A trajetória de crescimento de MOS está relacionada, então, à coconstrução da ideia de que a ordem gerencialista – assim como *pax americana* após a Segunda Guerra no século passado e a modernidade eurocêntrica desde o início do século XVI – era necessária porque os bárbaros não civilizados supostamente defendiam a não organização e a não gestão para dominar o **outro**. O crescimento das instituições de *management* nos EUA e os projetos civilizatórios de americanização via MOS eram informados não apenas pela missão de combater o império comunista, mas, em especial, de impedir a adesão **natural** do terceiro-mundo (principalmente a adesão dos outros **outros**) à ideologia correspondente. O significado de dominação atribuído à ideologia por Marx e a vinculação do marxismo ao comunismo e ao terceiro-mundo(ismo) ajudaram a reforçar tal quadro. Não surpreendentemente, a ideologia do crescimento organizacional passou, então, a ser coconstruída e compartilhada ideologicamente por acadêmicos e instituições de MOS em (quase) todo o mundo.

A ideologia civilizatória que organiza as ciências sociais se baseia na construção da percepção da existência de um inimigo **lá fora**, que é supostamente movido pelo interesse de dominação do **outro** por meios preferencialmente não pacíficos. A literatura de estudos internacionais esclarece o caráter bélico e extradiscursivo desta representação ao ressaltar que quando o “poder (do outro) é exposto e percebido como dominação, inevitavelmente, convida (o estado-nação soberano) a uma resposta” (Ikenberry, 2004, p. 145). A partir desta lógica, o estado-nação eurocêntrico (soberano), segundo o Tratado de Westphalia, passou a deter a responsabilidade legítima de combater a **anarquia** lá fora e o monopólio de uso da violência para manutenção da ordem civilizatória. Esta ideologia criou condições não somente para a coconstrução da ideia de que a ordem internacional não é possível sem a mobilização legítima do poder militar pelo Estado e de que esta deve ser mediada pelo poder da academia (ambas as instituições nas mãos de poucos) para fins de emancipação, mas também para conter a possibilidade da pluriversalidade.

Ao representar, então, um sistema ambíguo de dominação e emancipação (Domingues, 2006), a modernidade eurocêntrica continua sendo coconstruída também por subordinados. No contexto da Guerra Fria, a ideologia do mercado livre e o gerencialismo não foram impostos somente pela hegemonia militar dos EUA, mas sim coconstruídos por subordinados e dominados por serem representados pela academia e por mecanismos extradiscursivos como resposta legítima à **ideologia irracional** que iria se propagar **naturalmente** pelo terceiro-mundo. Líderes de diferentes cantos do mundo viam as ciências sociais como “parte da cruzada anti-imperialista para conter a disseminação do comunismo” (Jones, 1972, p. 195) ao mesmo tempo em que as ciências sociais passaram a incluir o marxismo, mas não as alternativas produzidas no resto do mundo informadas pela pluriversalidade, ao invés da universalidade eurocêntrica.

A subordinação de MOS aos processos de (re)organização da ordem civilizatória por meio de mecanismos de cooptação consentida ou consentimento ativo requer a construção de uma perspectiva decolonial/pluriversal em EGO (Ibarra-Colado, 2006) que ajude a superar o amplo quadro de colonialidade/metropolitanidade corrente. A ideia de que bárbaros, primitivos ou não brancos representam uma ameaça à ordem civilizatória e são incapazes de autonomia e de produzir teorias ou **campos de estudo** é um problema crucial que não foi contemplado por Seifert e Vizeu (2015). Esta lógica de negação do **outro** vem sendo coconstruída pela academia do resto do mundo e, ironicamente, tornou-se uma justificativa legítima para que os tais outros **outros** continuem sendo classificados (por nós mesmos!) como bárbaros ou selvagens (Mignolo & Tlostanova, 2006). Isso ajuda a explicar o continuado domínio euro-americano em MOS e por que acadêmicos europeus acreditam que a ideologia está **morta** (Fleming, 2013) e não consigam explicar a **não morte do neoliberalismo** (Crouch, 2011). Tendo em vista as seguidas crises de autoridade da ordem neoliberal ocidental e a continuada trajetória de ascensão do resto do mundo – em especial, as economias emergentes – é oportuno defender, no Brasil, não exatamente o decrescimento organizacional, mas sim o decrescimento da área euro-americana de MOS (e de ciências sociais) e a construção, organização e crescimento de uma área não ocidentalista de EGO (e de ciências sociais) informada pela pluriversalidade.

## Promovendo (De)crescimento sob a Perspectiva de Economias Emergentes

No contexto pós-Guerra Fria, a ordem neoliberal promoveu a ideia de que a globalização representa(va) o verdadeiro fim da ideologia e o início de uma era de liberdade plena para as ciências (Steger, 2009). A globalização neoliberal foi representada pela academia como a última fronteira da missão civilizatória iniciada no começo do século XVI pela ordem eurocêntrica (Fukuyama, 1989).

Devido à ascensão da hegemonia forçada dos EUA e do neoimperialismo neoliberal após os eventos de 11 de setembro (Duménil & Lévy, 2011), a aversão à ideologia deveria ter sido questionada pela literatura de MOS a partir de 2001. Entretanto a trajetória civilizatória de crescimento das ciências sociais e da área de MOS, iniciada nos anos 1970, em detrimento de alternativas e da pluriversalidade, intensificou-se, a partir de 2001, com o objetivo de combater/emancipar um número crescente de outros **outros** (vinculados ao fundamentalismo religioso, ao Oriente, ao Sul e também às economias emergentes) que supostamente ameaçavam a ordem ocidental em sua suposta plenitude.

Não surpreendentemente, autores de MOS argumentam, na Europa, que “ideologia está fora da moda. Poder não sente mais a necessidade de se disfarçar” (Flemming, 2013, p. 493). Esta manifestação de ceticismo ou cinismo, em MOS, é reforçada em ciências sociais pela incapacidade de se explicar a não morte da ordem neoliberal ocidental. Parece que acadêmicos no mundo euro-americano estão cientes de que não há muito o que fazer em tempos de império e ascensão do quadro de colonialidade/metropolitanidade epistêmica na academia, não obstante as manifestações de **excluídos** nas ruas dos diferentes cantos do mundo.

Segundo a literatura de MOS, as crises são construções sociais que costumam ser usadas como lógica ou justificativa para “construção de novos valores e coalizões de interesses em torno destes, desacreditando o regime anterior” (Clegg *et al.*, 2011, p. 275). Entretanto, segundo a literatura de estudos internacionais, crises são mobilizadas pela ordem dominante para evitar a ascensão e crescimento de **inimigos** (Leffler & Legro, 2008). De fato, as crises da ordem neoliberal ocidental têm provocado e viabilizado movimentos e contramovimentos por parte de atores, países e instituições dominantes que buscam preservar e construir poder (Steger, 2009). Esses movimentos ajudam a explicar a grande crise enfrentada pela academia de ciências sociais no mundo euro-americano (Burawoy, 2008). O diálogo com a área de Relações Internacionais (RI) foi negado pela área de MOS (Grey, 2009) e esse é mais um dos obstáculos impostos pela hegemonia euro-americana que tem de ser superado para a construção e organização de uma área pluriversal de EGO (Guedes & Faria, 2010; Ibarra-Colado, 2006). A literatura euro-americana de RI aponta que, após os eventos de 11 de setembro, em 2001, os mecanismos discursivos e extradiscursivos da ideologia voltaram a ser legitimamente mobilizados, em nome da segurança da ordem civilizatória, pelos mesmos atores e instituições de RI vinculadas à Guerra Fria e à modernidade eurocêntrica.

A ideologia civilizatória que informa a teorização mais influente de RI no mundo euro-americano se baseia no argumento de que a ameaça de crescimento do **outro** deve ser respondida legitimamente por meio do crescimento do *self*. Em nome da sobrevivência e da defesa, o crescimento do *self* pode, então, legitimamente, chegar a um quadro de dominação:

according to my understanding of international politics, survival is a state's most important goal, because a state cannot pursue any other goal if it does not survive. The basic structure of the international system forces states concerned about their security to compete with each other for power. The ultimate goal of every great power is to maximize its share of the world and eventually dominate the system (Mearsheimer, 2006, p. 160).

A principal ideia por trás dessa teorização de RI é que a construção, organização e gestão de uma hegemonia global é muito custosa/arriscada. Uma hegemonia parcial é mais adequada (por exemplo, em determinada região); de outra forma, a ordem civilizatória daria lugar a um império e à dominação forçada. A trajetória de crescimento da civilização ocidental não seria possível sem a mobilização dessa ideologia pela academia. Em resposta, supostamente legítima, às trajetórias de crescimento de impérios

classificados como não civilizados – por serem constituídas por não brancos, tais **civilizações** não são classificadas como civilização pelo excepcionalismo europeu e pelo excepcionalismo estadunidense, mas sim como **impérios antigos**. Ferguson, um dos autores de RI mais respeitados no que diz respeito à compreensão dos impérios modernos, ressalta que

nenhuma civilização anterior foi capaz de exercer a dominação que o Ocidente exerce sobre o restante do mundo. Em 1500, as futuras potências imperiais da Europa dominavam cerca de 5% da superfície da Terra, e quando muito 16% de sua população. Em 1913, 11 Impérios ocidentais controlavam aproximadamente três quintos de todo o território e população, e quase três quartos (surpreendentes 74%) da produção econômica mundial (Ferguson, 2102, p. 29).

A ordem civilizatória eurocêntrica tornou-se euro-americana a partir da ascensão da doutrina Monroe – informada pelo excepcionalismo estadunidense e conhecida pela frase **América para os Americanos**, no início do século XIX. Esta doutrina reforçou a teorização eurocêntrica de RI e foi apresentada ao (resto do) mundo como “uma ação defensiva contra as ambições colonialistas das potências europeias... Os Estados Unidos foram forçados a intervir para evitar novas incursões colonialistas no hemisfério americano” (Jones, 1972, p. 191). A doutrina Monroe estabelecia que os EUA tinham o direito de intervir militarmente caso países europeus tentassem promover a colonização na América e que os EUA não podiam intervir nos processos europeus de colonização fora da região. A organização dessa ordem civilizatória euro-americana se baseia em ideologias supostamente de antidominação (ou emancipatórias) e teorizações de RI – que continuam sendo ignoradas pela área de MOS – que reforçam a coconstrução das distinções não somente entre **civilização** e **não civilização**, mas também entre **conhecimento** e **não conhecimento** (ou subconhecimento).

Não surpreende que a globalização neoliberal tenha sido anunciada como o apogeu dessa ordem ocidentalista pela área de RI (Fukuyama, 1989). Em um contexto de seguidas crises da ordem neoliberal ocidental e de ascensão estável do resto do mundo, não surpreende a construção e disseminação da ideia de que a ascensão das grandes economias emergentes (todas representando populações de não brancos) representa enorme risco para esta ordem civilizatória. Isso ilustra manipulação de crises pelos âmbitos de conhecimento e práticas de RI para a (re)organização da ordem euro-americana em termos geopolíticos e geoepistêmicos, assim, não surpreende que o debate entre crescimento e decrescimento esteja sendo liderado por instituições acadêmicas do mundo euro-americano. Promover a ideologia de decrescimento para conter o crescimento do **outro** – especialmente as economias emergentes – e reforçar a ordem civilizatória por meio da coconstrução acadêmica é uma prioridade da ordem imperial neoliberal (Roy, 2006). A ideologia do decrescimento já foi abraçada por Stiglitz (2009) e pela McKinsey (Dobbs *et al.*, 2012), assim, ajudando a conter o crescimento das economias emergentes – mais especificamente da China – e de outras partes do resto do mundo:

Can China rise peacefully? My answer is no. If China continues its impressive economic growth over the next decades, the United States are likely to engage in an intense security competition with considerable potential for war. Most of China’s neighbors – including India, Japan, Singapore, South Korea, Russia and Vietnam – will join the United States to contain China’s power (Mearsheimer, 2006, p. 160).

O engajamento de acadêmicos no Brasil com a ideologia de decrescimento<sup>(1)</sup> deve ser questionado sob uma perspectiva de pluriversal de EGO que traga à tona o âmbito extradiscursivo da ideologia, como delineada neste artigo. Enquanto instituições acadêmicas do mundo euro-americano – especialmente após a ascensão do unilateralismo dos EUA e a guerra global ao terror – assumem a responsabilidade de intervir no resto do mundo para que o conhecimento acadêmico seja livre e relevante (Rich, 2003) e perspectivas de decolonialidade ganham força no resto do mundo (*e.g.*, Bertero *et al.*, 2013; Mahbubani, 2010; Mignolo, 2011), crescem também as manifestações pela emancipação da academia e das ciências sociais em relação às forças neoimperialistas neoliberais (Burawoy, 2008).

## Considerações Finais

Enquanto a ideologia parece **morta** para os céticos acadêmicos do mundo euro-americano de MOS em um contexto de seguidas crises da ordem neoliberal ocidental e ascensão da racionalidade cínica, a ideologia de crescimento organizacional está sendo trazida à tona e questionada por um Seifert e Vizeu (2015) do resto do mundo. Este artigo argumenta que uma perspectiva decolonial que traga à tona o âmbito extradiscursivo da ideologia é necessária para a construção de uma área pluriversal de EGO que não apenas questione a ideologia do crescimento organizacional e defenda a ideologia do decrescimento, já que uma das prioridades da ordem civilizatória euro-americana é conter o crescimento do resto do mundo – e, em especial, das economias emergentes e das alternativas geoepistêmicas correspondentes – para reforçar a ordem vigente em termos geopolíticos e geoepistêmicos. É necessário e oportuno, então, defender o decrescimento de MOS e as ciências sociais eurocêntricas e fomentar a construção e o crescimento de uma área não eurocêntrica e pluriversal de EGO e de ciências sociais que permita a construção de um mundo em que diversos mundos podem coexistir.

A ordem civilizatória euro-americana costuma aproveitar crises para conter o crescimento de **bárbaros e inimigos** – contando com o consentimento ativo da academia do resto do mundo – que deveriam ajudar a coconstruir a (re)organização da ordem e/ou promover alternativas a esta ordem. O texto de Seifert e Vizeu (2015), vinculado a MOS/EGO e a uma instituição acadêmica em determinada economia emergente, enfrenta o risco de mais ajudar a reforçar a área euro-americana de MOS do que a construir uma área não eurocêntrica de EGO. A descolonização acadêmica de MOS e das ciências sociais por uma área pluriversal de EGO, por exemplo, é necessária, mas não suficiente.

O contexto de crise da academia e ciências sociais – especialmente no mundo euro-americano – sugere que é necessária também a coconstrução e o crescimento de uma **outra** academia que desafie os mecanismos de subordinação e cooptação impostos pela ordem civilizatória. Uma das alternativas observadas por aqui, no resto do mundo, como ilustrado pela proposta de revisão da ideologia de crescimento organizacional pela área de EGO no Brasil, é não apenas atuar no âmbito das instituições existentes, mas também engajar os outros **outros** que permanecem excluídos pela ordem que informa nossas carreiras e garante grandes poderes nas mãos de poucos: “Em virtude de sua história e de sua inserção no sistema mundial contemporâneo, os cientistas (sociais) da semiperiferia estão apontando o caminho adiante – não recuando para trás dos muros da comunidade acadêmica, mas avançando rumo às trincheiras da sociedade civil” (Burawoy, 2008, p. 134).

## Nota

<sup>1</sup> Assim como ocorreu em outras vezes, a noção de decrescimento (no sentido antidominação) é iniciada no resto do mundo e é apropriada pela ordem civilizatória euro-americana (incluindo a academia do resto do mundo). A ideia de **limites para o crescimento** foi apropriada pelo Clube de Roma e por áreas do conhecimento que foram construídas no primeiro-mundo, apesar de a mesma ter se originado nas ex-colônias europeias do terceiro-mundo em resposta aos modelos de desenvolvimento e dependência impostos pelas metrópoles. O movimento zapatista em Chiapas, no México, já apontava, em meados dos anos 1990, as limitações do Consenso de Washington e da ordem neoliberal ocidental muito antes de Stiglitz fazê-lo e ser agraciado pelo Prêmio Nobel de Economia, no início da década passada. Esses movimentos costumam mobilizar mecanismos de contenção de alternativas geoepistêmicas.

## Referências

Bell, D. (1960). *The end of ideology*. Glencoe, IL: Free Press.

- Bertero, C. O., Alcadipani, R., Cabral, S., Faria, A., & Rossoni, L. (2013). Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil. *Cadernos EBAPE. BR*, 11(1), 181-196. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n1/v11n1a12.pdf>. doi: 10.1590/S1679-39512013000100012
- Burawoy, M. (2008). Abrir as ciências sociais: para quem e para quê? In R. Braga & M. Burawoy (Eds.), *Por uma sociologia pública* (pp. 117-134.). São Paulo: Alameda.
- Chiapello, E., & Fairclough, N. (2002). Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse & Society*, 13(2), 185-208. doi: 10.1177/0957926502013002406
- Clegg, S., Kornberger, M., & Pitsis, T. (2011). *Managing and organizations: an introduction to theory and practice*. London: Sage.
- Cooke, B. (2004). O gerenciamento do (terceiro) mundo. *Revista de Administração de Empresas*, 44(3), 62-75.
- Crouch, C. (2011). *The strange non-death of neoliberalism*. Cambridge: Polity Press.
- Dobbs, R., Remes, J., Manyika, J., Roxburgh, C., Smit, S., & Schaer, F. (2012, June). Urban world: cities and the rise of the consuming class. *Insights & Publications*. Retrieved from [http://www.mckinsey.com/insights/urbanization/urban\\_world\\_cities\\_and\\_the\\_rise\\_of\\_the\\_consuming\\_class](http://www.mckinsey.com/insights/urbanization/urban_world_cities_and_the_rise_of_the_consuming_class)
- Domingues, J. (2006). *Modernity reconstructed*. Cardiff: University of Wales Press.
- Duménil, G., & Lévy, D. (2011). *The crisis of neoliberalism*. Cambridge: Harvard University.
- Dussel, E. (2011). Transmodernidad e interculturalidad (Interpretacion desde la Filosofia de la Liberacion). In E. Lander (Org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales* (2nd ed., pp. 45-72). Buenos Aires: CLACSO.
- Eagleton, T. (1991). *Ideologia*. São Paulo: Boitempo. UNESP.
- Eagleton, T. (1993). *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia* (S. Vieira & L. C. Borges, Trad.). São Paulo: Boitempo e UNESP. (Obra original publicada em 1991)
- Ferguson, N. (2012). *Civilização: ocidente x oriente*. São Paulo: Planeta.
- Fleming, P. (2013). Down with the Big Brother! The end of corporate culturalism? *Journal of Management Studies*, 50(3), 474-495. doi: 10.1111/j.1467-6486.2012.01056.x
- Forest, J., & Crispin, R. (2009). AFRICOM: troubled infancy, promising future. *Contemporary Security Policy*, 30(1), 5-27. doi: 10.1080/13523260902759753
- Friedman, T. (2003). *Longitudes and attitudes: the world in the age of terrorism*. New York: Anchor Books.
- Fukuyama, F. (1992). *The end of history and the last man*. New York: Avon Books.
- Garnett, J. (1991). The role of military power. In R. Little & M. Smith (Eds.), *Perspectives on world politics* (2nd ed., pp. 64-83). London: Routledge
- Giddens, A. (1979). *Central problems in social theory*. Berkeley: University of California Press.
- Grey, C. (2009). Security studies and organization studies: parallels and possibilities. *Organization*, 16(2), 303-316. doi: 10.1177/1350508408100480

- Guedes, A., & Faria, A. (Eds.). (2010). *International management and international relations: a critical perspective from Latin America*. New York: Routledge.
- Guerreiro Ramos, A. (1981). *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Hardt, M., & Negri, A. (2000). *Empire*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hurrell, A. (2006). *On global order*. Oxford: Oxford University.
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463–488. doi: 10.1177/1350508406065851
- Ikenberry, G. (2004). Illusions of empire. *Foreign Affairs*, 83(2), 144-154.
- Jones, G. (1972). A história do imperialismo dos Estados Unidos. In R. Blackburn (Org.), *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social* (pp. 190-218). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Leffler, M., & Legro, J. (Eds.). (2008). *To lead the world: American strategy after the bush doctrine*. Oxford: Oxford University.
- Mahbubani, K. (2010). Beyond the universal. *Harvard International Review*, 31(4), 72.
- Mearsheimer, J. (2006). China's unpeaceful rise. *Current History*, 105(690), 160-162.
- Mignolo, W. (2011). *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. London: Duke University Press.
- Mignolo, W., & Tlostanova, M. (2006). Theorizing from the borders: shifting to geo- and body-politics of knowledge. *European Journal of Social Theory*, 9(2), 205–221. doi: 10.1177/1368431006063333
- Ribeiro, D. (1970). *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rich, P. (2003). The American academy of political and social science in the twenty-first century. *Annals of the American Academy of Political Science*. Retrieved from <http://works.bepress.com/paulrich/17>
- Roy, A. (2006). Praxis in the time of empire. *Planning Theory*, 5(1), 7-29. doi: 10.1177/1473095206061019
- Shrivastava, P. (1986). Is strategic management ideological? *Journal of Management*, 12(3), 363-377. doi: 10.1177/014920638601200305
- Steger, M. (2009). *Globalisms*. New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Stiglitz, J. (2009). Moving beyond market fundamentalism to a more balanced economy. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 80(3), 345-360. doi: 10.1111/j.1467-8292.2009.00389.x

## Dados do Autor

Alexandre de Almeida Faria  
Praia de Botafogo, 190, Sala 524, Botafogo, 22250-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: Alex.faria@fgv.br